



Solidariedade e mobilização!

Punição resolvida, sindicatos da FUP indicam aceitação da quarta contraproposta apresentada pela Petrobrás. Assembléias já começaram e prosseguem até o dia 10



Assembléia na REPLAN: com punição, não tem acordo!

A solidariedade de classe dos petroleiros alterou a correlação de forças com a Petrobrás e mudou o curso da campanha reivindicatória. Pressionada pelas mobilizações da categoria e sua determinação em manter a deliberação de que com punição não haveria acordo, a empresa anistiou todas as suspensões e advertências arbitrariamente aplicadas aos trabalhadores que fizeram a greve de março.

Uma vitória singular! Em outros momentos críticos vividos pela categoria, foram preciso anos de luta para corrigir as ações autoritárias da Petrobrás. Levamos nove anos para reverter as punições e demissões dos companheiros que fizeram as greves de 1994 e 95. Os petroleiros punidos pelo regime militar de 1964 lutaram 21 anos para serem anistiados!

A campanha reivindicatória foi um processo que exigiu da FUP e de seus sindicatos ações e movimentos precisos, no momento certo. Como

em um jogo de xadrez. Aliando organização sindical, mobilização e articulação política, conseguimos resolver as punições, que eram ponto condicionante para o fechamento do acordo coletivo. O protagonismo da FUP na campanha por uma nova lei do petróleo foi outro fator fundamental nesta vitória, pois credenciou a Federação nas gestões políticas pela anistia das punições.

Conquistamos também nesta campanha avanços importantes em reivindicações históricas, como a dobradiça de mais dois feriados e meio (extraturno); a extensão do auxílio educacional para os dependentes que estão ou virem a ingressar na universidade (uma luta que se arrasta desde 2004); licença maternidade de 180 dias (retroativa a setembro para quem já deu entrada no benefício); a formulação de um fundo garantidor para cobertura das verbas rescisórias dos trabalhadores terceirizados; retorno ao

Plano Petros dos aposentados e pensionistas que reivindicam desde 1985 o cumprimento das cláusulas 33 e 45 dos ACTs de 1985 e 1986, respectivamente; fim da redução do complemento mensal dos readaptados.

A contraproposta conquistada também garante ganho real entre 2,5 e 3,31% sobre o IPCA do período (aci-

ma da média obtida pelas demais categorias); um salário integral de abono; implantação do Plano Petros-2 na Transpetro; BPO para os participantes do Plano Petros que repactuaram; dias parados nas greves de 94, 95 e março de 2009; melhorias na AMS; fortalecimento das CIPAs e das comissões locais de SMS; reabertura do processo de repactuação do Plano Petros; avanços nas reivindicações dos anistiados (já está sendo providenciado o retorno à Petrobrás de 88 anistiados da Petroflex), entre outros pleitos sociais e econômicos (veja a íntegra das conquistas na página 4). Através do processo permanente de negociação com a Petrobrás e suas subsidiárias, a FUP buscará avanços nas reivindicações conquistadas e dará continuidade à luta pelo atendimento dos pleitos que não foram atendidos nesta campanha reivindicatória.

Subsidiárias – a contraproposta conquistada pela FUP é extensiva à Refap, Petroquisa, Petrobrás Transporte e TBG, garantindo aos trabalhadores destas empresas os mesmos direitos.

Luta de classe

O cancelamento das punições é uma conquista política importantíssima para cada petroleiro e petroleira. A Petrobrás colocou em xeque o direito de greve, a autonomia de mobilização dos trabalhadores e a sua liberdade de organização. A FUP deixou claro que punição não se negocia. Punição é inaceitável. A resistência e a solidariedade da categoria foram fundamentais para frear a campanha assediada das gerências, que tentaram criminalizar os trabalhadores por lutarem pelo coletivo e seguirem os indicativos de seus sindicatos. A reversão das punições



Mobilização na REMAN

é uma vitória que extrapola a categoria petroleira, pois está no contexto da disputa ideológica entre capital e trabalho; peão e gerente; opressor e oprimido.

Petroleiros recuperam mais 20 horas extras dos feriados trabalhados

A contraproposta garante o pagamento de 20 horas extras referentes aos feriados trabalhados: segunda e terça-feira de carnaval e o meio dia da quarta-feira de cinzas.

Esta conquista soma-se ao feriado de Primeiro de Maio, cujas horas extras foram garantidas na greve nacional de cinco dias, em março deste ano. Até então, os trabalhadores em regimes especiais só recebiam os feriados do dia 25 de dezembro e 01 de janeiro, pois FHC usurpou em 1988 a

dobradinha (extraturno) da categoria.

Há mais de dez anos, os petroleiros lutam pelo restabelecimento deste direito. A Replan é a única unidade operacional do país que manteve o pagamento dos feriados trabalhados, pois os petroleiros ganharam na justiça a manutenção da dobradinha. A Petrobrás, no entanto, retirou este direito dos trabalhadores admitidos após 1998, levando os petroleiros da refinaria a realizarem uma greve de sete dias, em março deste ano.



Mobilização no Terminal de SUAPE (Pernambuco)

A complexidade da negociação



Na avaliação da direção da FUP, esta campanha reivindicatória foi a negociação mais difícil dos últimos anos. A Petrobrás se manteve o tempo todo resistente em resolver as punições decorrentes da greve de março, que era condicionante para o fechamento do acordo. A empresa também tentou reduzir às questões econômicas a pauta da categoria, negando, até o último instante, avanços importantes nas reivindicações sociais, que têm validade de dois anos no acordo coletivo de trabalho.

É bom frisar que a pauta dos trabalhadores, que foi negociada em sua íntegra pela FUP, tem 191 cláusulas, divididas em 11 capítulos. São reivindicações referentes a salários; vantagens; benefícios; segurança no emprego; planejamento, recrutamento, seleção e movimentação de pessoal; condições de trabalho; segurança industrial e saúde ocupacional; inovações tecnológicas; relações sindicais; outras disposições e abrangência. Uma ne-

A luta por uma nova lei do petróleo credenciou a FUP nas gestões políticas pela anistia das punições



resultaram na apresentação de quatro contrapropostas. Uma das rodadas teve participação da secretária de Relações do Trabalho da CUT, Denise Motta Dau.

gociação, portanto, complexa. Nestes três meses de campanha, a FUP participou de 13 reuniões com a Petrobrás, em um total de 58 horas de negociação, que

A mobilização dos trabalhadores foi fundamental para fazer a empresa avançar. Seguindo os indicativos da FUP, os petroleiros fizeram vigílias, operações padrões, suspensão de PTs, cortes na rendição de turnos, atos, atrasos e as mais diversas manifestações, ao longo destes três meses. A intervenção política dos dirigentes da FUP junto ao presidente Lula e à diretoria executiva da Petrobrás também foi essencial para arrancar da empresa a quarta contraproposta. Neste sentido, foi decisivo o papel da

Federação na luta por uma nova lei do petróleo.

Outro diferencial desta campanha foi o protagonismo dos sindicatos, definindo, coletivamente, no Conselho Deliberativo da FUP os encaminhamentos em relação ao processo de negociação e as mobilizações. Todos os indicativos da FUP foram deliberados previamente pelos sindicatos. Nas três vezes em que o Conselho se reuniu nesta campanha, foram consumidas 30 horas de intenso debate, em cinco dias de reuniões.

PASSO A PASSO DA CAMPANHA REIVINDICATÓRIA

05.07 – trabalhadores da ativa e aposentados do Sistema Petrobrás representam a categoria na I **Plenária Nacional** da FUP (Plena-fup). Eles debatem e votam a pauta de reivindicações, aprovando a proposta dos petroleiros para o Acordo Coletivo de Trabalho.

28.08 – os sindicatos concluem as assembleias, onde os trabalhadores referendam a **pauta de reivindicações** que será negociada pela FUP com a Petrobrás.

31.08 – centenas de petroleiros participam do ato pelo cancelamento das punições e em defesa de uma nova lei do petróleo, em frente à sede da Petrobrás, no Rio de Janeiro. O **ato abre a campanha** reivindicatória e marca a entrega da pauta dos trabalhadores à empresa.

25.09 – é concluída a primeira etapa do processo de negociação com a Petrobrás e subsidiárias. **Foram cinco rodadas**, iniciadas no dia 11/09, onde a FUP apresentou e defendeu a pauta de reivindicações. Os dirigentes sindicais enfatizam nestas cinco reuniões que com punição, não tem acordo. FUP dá prazo até o dia 29/09 para a Petrobrás responder as reivindicações.

29.09 – a **Petrobrás apresenta sua primeira contraproposta**, propondo reajuste de 5,93% na RMNR e abono referente a 60% de uma remuneração normal. A empresa não faz sequer referência ao cancelamento das punições, não se pronuncia sobre o extraturno (dobradinha) e não responde a maioria das reivindicações sociais (benefícios, condições de trabalho, terceirização, SMS).

05.10 – o **Conselho Deliberativo** da FUP em Brasília rejeita a contraproposta apresentada pela Petrobrás e indica a retomada da negociação com a empresa, simultaneamente à realização de mobilizações.

06.10 - FUP, dirigentes sindicais e representantes das oposições de base realizam **seminário nacional de qualificação de greve**, onde discutem novas formas de paralisação. O indicativo relâmpago e o fator surpresa tornam-se estratégias das próximas mobilizações.

15.10 – FUP cobra da Petrobrás **retomada do processo de negociação**.

17.10 – seguindo o indicativo da FUP, sindicatos realizam **várias mobilizações nos turnos**, durante o final de semana (17 e 18/10), focando, principalmente, no pagamento dos feriados trabalhados (extraturno/dobradinha).

20.10 – Petrobrás apresenta **nova contraproposta** e mais uma vez não responde reivindicações sociais da categoria, nem se posiciona sobre o cancelamento das punições. As únicas alterações que a empresa fez foi elevar de 5,93% para 6,45% o reajuste da RMNR e passar para 80% de uma remuneração normal o abono proposto. A FUP indica a rejeição da contraproposta e intensificação das mobilizações.

22.10 – assembleias começam a rejeitar por maioria dos votos a segunda contraproposta da Petrobrás. **Paralisações surpresa pipocam** na grande maioria das bases da FUP.

27.10 – concluídas as **assembleias, que rejeitam categoricamente** a segunda contraproposta da Petrobrás. Em várias bases, a rejeição foi por unanimidade dos votos. FUP convoca reunião do Conselho Deliberativo para os dias 04 e 05 de novembro.

05.11 – após dois dias de reunião, o **Conselho Deliberativo da FUP indica estado de greve**, intensificação das mobilizações surpresa, retomada do processo de negociação com a Petrobrás no dia 16/11 e prazo até o dia 18/11 para a empresa responder as reivindicações da categoria. O Conselho também reafirma que com punição, não tem acordo.

07.11 – petroleiros realizam **novas paralisações no final de semana** (07 e 08/11) pelo extraturno (dobradinha).

11.11 – assembleias aprovam **estado de greve**.

13.11 – seguindo indicativo da FUP, sindicatos realizam mobilizações e atos pela valorização da vida, pelo fim dos acidentes e em defesa da AMS. É a **sexta-feira 13 contra o terror da gestão de SMS** da Petrobrás.

16.11 – Petrobrás atende cobrança da

FUP e retoma processo de negociação, com a categoria em estado de greve e intensificando as mobilizações. A **Federação reafirma a pauta** de reivindicações dos trabalhadores e volta a ressaltar que com punição, não tem acordo.

17.11 – FUP realiza **mais uma rodada de negociação** com a Petrobrás, cobrando uma resposta para os pontos da pauta que foram enfatizados na reunião anterior. A empresa tenta reduzir, o máximo possível, as reivindicações da categoria, buscando o afluilamento para o fechamento do acordo.

18.11 – durante nova rodada de negociação, a FUP é informada sobre ameaças de demissão e punição aos trabalhadores do Terminal de Cabiúnas, em Macaé, que estavam em vigília de 24 horas. A **Petrobrás condiciona a continuidade da reunião à suspensão da vigília em Cabiúnas**. FUP reafirma que não negocia sob ameaça de punições a trabalhadores. A reunião de negociação é interrompida.

19.11 – os **trabalhadores intensificam as mobilizações** e a Petrobrás marca para o dia seguinte (20/11) a continuidade do processo de negociação.

20.11 – durante **12 horas de negociação**, a FUP reiterou as reivindicações dos trabalhadores. A Petrobrás inicialmente apresentou em mesa os pontos em que poderia avançar, deixando de fora parte significativa das reivindicações listadas pela Federação. Após exaustivas tentativas de avanço, a FUP consegue fazer a empresa progredir em pontos fundamentais para o acordo. No entanto, não há consenso em relação ao cancelamento das punições. A proposta da Petrobrás mantém parte das punições e FUP reitera que não há acordo com punição

21.11 – reunião de **negociação tem prosseguimento no sábado**. Sem avanços em relação ao posicionamento da empresa sobre o cancelamento das punições, a FUP propõe encerrar a reunião para que a gerência de RH discuta com o presidente José Sérgio Gabrielli e a diretoria da Petrobrás a reivindicação dos trabalhadores.

23.11 – a Petrobrás formaliza os pontos

negociados em mesa com a FUP e apresenta sua **terceira contraproposta** com avanços importantes em relação às cláusulas sociais, mas não resolve as punições. A proposta da Petrobrás é cancelar todas as advertências por escrito e transformar as suspensões de um dia em advertência por escrito e as suspensões de sete dias em suspensões de cinco dias.

24.11 – o **Conselho Deliberativo** da FUP avalia a contraproposta, reconhece avanços e condiciona o indicativo de aceitação à retirada das punições. O encaminhamento é de que a FUP faça gestões junto ao governo para buscar o cancelamento das punições, paralelamente às mobilizações da categoria.

25.11 – trabalhadores **intensificam mobilizações** e reiteram que com punição, não tem acordo.

26.11 – numa **ação política em Manaus**, durante a inauguração do gasoduto Coarira, dirigentes da FUP e do Sindipetro-AM cobram diretamente ao presidente Lula e ao presidente José Gabrielli o cancelamento das punições. A FUP reitera ostensivamente para o presidente Lula e para a diretoria executiva da Petrobrás que a reversão das punições é ponto condicionante para o fechamento da campanha reivindicatória, ressaltando a mobilização e solidariedade dos petroleiros aos companheiros punidos.

27.11 – **mobilizações surpresa são realizadas** em várias unidades. Trabalhadores reafirmam que não há acordo com punição.

30.11 – **mais um dia de mobilizações** pelo cancelamento das punições. Petrobrás agenda reunião com a FUP para o dia seguinte.

01.12 – **novas mobilizações** são realizadas. A Petrobrás apresenta nova contraproposta, anistando as punições que foram arbitrariamente aplicadas a cerca de 90 trabalhadores que fizeram a greve de março. FUP indica às assembleias a aceitação da contraproposta, conforme deliberação dos sindicatos.

Principais conquistas garantidas

Anistia das punições – serão anistiadas todas as advertências e suspensões aplicadas aos 89 trabalhadores punidos em decorrência da greve de março.

Ganho real – reajuste de 7,81% na RMNR garantirá ganho real entre 2,5% e 3,31% sobre o IPCA.

Abono – passou para 100% de uma remuneração normal o abono que, inicialmente, era de 60%.

Reajustes – tabela salarial (4,36%), tabela da RMNR (7,81%), Adicional do Estado do Amazonas (7,81%), gratificação de campo terrestre (R\$ 539,37), auxílio-almoço (R\$ 521,84), tabela de custeio do Grande Risco da AMS (4,36%).

Extraturno/dobradinha – pagamento da segunda e terça-feira de Carnaval e do período até o meio dia de quarta-feira de Cinzas, totalizando 20 horas extras.

Auxílio ensino universitário – reembolso de 30% das despesas dos dependentes matriculados em cursos de nível superior relacionados à indústria de petróleo, gás, energia e biocombustíveis;

Benefícios educacionais – reajuste de 7,81% nas tabelas de reembolso; extensão dos auxílios ensinos para enteados que estejam inscritos na AMS; manutenção do reembolso para filhos de trabalhadores que se aposentarem por invalidez.

Licença maternidade – o benefício passa a ser de 180 dias e será prorrogado para as trabalhadoras que iniciaram a licença até 120 dias antes da data da assinatura do ACT.



Trabalhadores da Bacia de Campos mobilizados pelo fim das punições



Ato Nacional em frente ao Edise, na entrega da pauta de reivindicações

Dias parados nas greves – prorrogação até 31/12/2010 do prazo para que o trabalhador usufrua em folgas os dias parados nas greves de 94 e 95. Em relação à greve de março de 2009, os trabalhadores que quiserem poderão receber metade dos dias descontados, mediante o exercício efetivo das horas equivalentes.

Transpetro – implantação do Plano Petros-2 logo após a assinatura do ACT e trâmites legais. Também serão agilizados os procedimentos internos para concessão do auxílio doença.

Terceirizados – implantação de um fundo garantidor junto às empresas contratadas para cobertura dos direitos trabalhistas dos terceirizados. A Petrobrás também se compromete a acabar com a terceirização dos fiscais de contratos e estender para todas as unidades o compartilhamento de restaurantes entre trabalhadores próprios e terceirizados.

SMS – garantia de fornecimento de cópia da CAT ao trabalhador; fortalecimento das comissões locais de SMS; implantação do programa de alimentação saudável em todos os refeitórios do Sistema Petrobrás; garantia da investigação de acidentes através da CIPA (cumprimento da NR5); fornecimento de transporte para participação dos cipistas em reuniões; participação da CIPA nas paradas de ma-

nutenção (para exercer atividades de prevenção de acidentes); divulgação aos sindicatos dos dados epidemiológicos e do programa de gerenciamento da saúde; primeirização das equipes de supervisão das avaliações de medição de riscos químicos, físicos e biológicos; manutenção da comissão nacional de aposentadoria especial;

Readaptados – fim da redução do complemento mensal do readaptado, decorrente da progressão funcional (níveis e promoção).

Implantação do BPO – outra conquista importante desta campanha é a implantação do Benefício Proporcional Opcional (BPO) para os participantes do Plano Petros que repactuaram, garantindo-lhes a opção de migrarem para o Plano Petros-2.

Plano Petros – após 24 anos de luta, serão incluídos no Plano Petros os petroleiros abrangidos pelas cláusulas 33 do ACT 85/86 e 45 do ACT 86/87.

Repactuação do Plano Petros – reabertura do processo de repactuação do Plano Petros. Os parâmetros ainda serão definidos.

AMS – melhoria na qualidade do benefício, através do reajuste dos honorários dos profissionais credenciados

e do reembolso na livre escolha; implantação de rede credenciada única em todo o Sistema Petrobrás; extensão do PAE (Programa de Assistência Especial) para beneficiários até 24 anos; ampliação da rede de cobertura dos implantes dentários; extensão para até 120 dias do prazo de validade das receitas médicas para o benefício farmácia; implantação do novo modelo do PASA na Bahia;

Anistiados – agilização dos procedimentos administrativos para a admissão dos anistiados da Petroflex e Nitriflex (88 anistiados já tiveram requerimento deferido e publicado em DO); pagamento da indenização das greves de 94 e 95 para os anistiados pela Lei 10.790/03, que retornaram à empresa como aposentados; garantia da AMS para os anistiados da Petromisa e Interbrás que retornaram aposentados (pela Lei 8.878/94), mediante desligamento da empresa até 30/05/2010; reenquadramento de júnior para pleno no novo PCAC para os anistiados da Petromisa e Interbrás.

Garantia no ACT de itens da Carta Compromisso – conquistas importantes que antes só eram garantidas pela Petrobrás em Carta Compromisso passam a integrar o Acordo Coletivo. É o caso do benefício farmácia; da cobertura do implante dentário pela tabela de pequeno risco; desconto em contracheque do Plano 28, obedecendo a margem consignável; manutenção do benefício educacional em caso de morte do trabalhador.